



CONTRATO Nº 052 / 2012

SACC _____

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVES DA SECRETARIA DA FAZENDA E DO OUTRO, A EMPRESA ABAIXO QUALIFICADA PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA FAZENDA, CNPJ Nº 07.954.597/0001-52, com sede na Av. Alberto Nepomuceno Nº 02, Centro, Fortaleza, CE, CEP 60.150-160, fone (85) 3101-9432, fax (85) 3101-9011, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE ou SEFAZ, representada pelo Secretário Executivo, Sr. MARCUS AUGUSTO VASCONCELOS COELHO, CPF 118.032.743-87 e a empresa CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 07.468.050/0001-47, situada na Rua Santa Rosália nº 230, Messejana, CEP: 60.871-060, Messejana, Fortaleza, Ceará, fone/fax: (085) 3276-8830 e 3276-4097, representada neste ato por seu Sócio, Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS SANTOS, CPF nº 381.686.343-49, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato tendo em vista o resultado da Dispensa de Licitação nº 23/2012, de 30/04/2012, Processo nº 12135282-0, fundamentado no art. XI da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações, e legislação aplicável, e de conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades das áreas Técnico de Comunicação e Mídias Audiovisuais, Almoxarife e Operador de Mecanografia da CONTRATANTE, conforme especificadas no Edital do Pregão acima mencionado, e seus Anexos, sua proposta, partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. Para a execução dos serviços ora contratados, obriga-se a CONTRATADA a realizá-los nos locais previamente determinados pela SEFAZ durante 09 (nove) meses, a partir de 01/05/2012, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93 inclusive, pode ser prorrogado nos termos do que dispõem o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E VALOR DO CONTRATO

3.1. A CONTRATANTE pagará pelos serviços ora contratados o valor global estimado de R\$ 214.554,42 (duzentos e quatorze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), sendo:



3.1.1. R\$ 183.379,86 (cento e oitenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos), que será pago em 09 (nove) parcelas mensais de R\$ 20.375,54 (vinte mil, trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente a 09 (nove) UNIDADES DE SERVIÇOS, distribuídas de acordo com a Cláusula Décima Terceira deste instrumento contratual;

3.1.2. R\$ 31.174,56 (trinta e um mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a 17% (dezesete por cento) do valor do subitem 3.1.1, referente as despesas estimadas com horas extras, diárias, adicional noturno, sobreaviso, passagem terrestre e capacitação que somente serão pagas caso sejam utilizadas pela SEFAZ.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1. Quando da repactuação salarial das categorias através de Convenção Coletiva de Trabalho será feito o reequilíbrio econômico – financeiro do Contrato;

4.2. Não poderão ser repassados aos custos do Contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

ESTADO DO CEARÁ - BARTORA MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTOPJ
TABELA: ANGELA MARIA ARMINO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.571.090/0001-67
Rua Manoel Eduardo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.6906
E-mail: modisoonline@bartoracorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 287289 A presente cópia fotostática
confere com o original extido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou no. Fortaleza, 01 de setembro de
2022 Emplumado R\$ 3,01 - SELLO AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Passos Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICAÇÃO



CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, através de depósito bancário em conta corrente a ser fornecido pela própria CONTRATADA, que, preferencialmente deverá ser no Banco Bradesco, condicionada a entrega por parte da CONTRATADA da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certidão Negativa de Débitos da Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Célula de Recursos Logísticos – CERLOG;

5.2. Cada fatura corresponderá aos serviços efetivamente executados no período de cada mês civil e será paga 10 (dez) dias úteis após sua entrega a SEFAZ, de acordo com o subitem 5.3. da Cláusula Quinta;

5.2.1. As provisões referentes a 13º (décimo terceiro) salário, no percentual de 9,04% (nove inteiros e quatro centésimos de ponto percentual) do salário serão retidas mensalmente pela SEFAZ, e não constarão na fatura mensal, sendo repassadas para a empresa na época do efetivo desembolso, conforme subitem 5.3., da Cláusula Quinta e após a comprovação do pagamento aos seus empregados que prestam serviços à SEFAZ;

5.2.2. Caso a fatura seja apresentada após o prazo constante do subitem 5.3. da Cláusula Quinta, esta será paga após 10 (dez) dias úteis de sua apresentação;

5.2.3. Caso ocorra erro ou omissão na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, a CONTRATADA deverá substituí-la, devendo o prazo para pagamento ser contado da data de apresentação da nova fatura, nos termos do subitem anterior;

5.3. As faturas deverão ser entregues à SEFAZ, sob protocolo, até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços faturados, para fins de conferência e atestação da execução do serviço, acompanhadas de cópia de comprovantes de quitação das seguintes obrigações patronais:

a) Pagamento, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços faturados, da remuneração total da mão-de-obra utilizada no objeto deste Contrato, através de relatório de crédito em conta corrente emitido pelo Banco, assinado e datado pelo Banco;

b) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregado), FGTS, PIS e ISS, relativas ao mês anterior à prestação dos serviços faturados, exclusivamente, dos empregados envolvidos na execução deste Instrumento;

c) Entrega até o último dia útil do mês da prestação dos serviços faturados, de todos os vales-alimentação referentes ao mês em curso, aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE;

d) Entrega até o último dia útil do mês da prestação dos serviços faturados, de todos os vales-transportes referentes ao mês em curso, aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE;

e) Pagamento da(s) rescisão(ões) de Contrato efetuada(s), no mês dos serviços faturados, assinada(s) pelo(s) empregado(s) e pelo sindicato da categoria;

f) Para efetivação do pagamento no último mês de contrato, será exigido a apresentação de pagamento de todos os encargos do mês anterior e do mês da prestação dos serviços.

5.4. Serão descontados, mensalmente, da fatura os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas;

5.5. Para efeito de ressarcimento da quantia referente a vale – alimentação a CONTRATANTE pagará mensalmente a quantidade de 22 (vinte e dois) vales estipulado em planilha multiplicado pelo valor unitário do vale conforme Convenção ou Acordo Coletivo da categoria, descontando do valor total o percentual estabelecido na referida Convenção;

5.6. Para efeito de ressarcimento dos valores pagos com vales-transportes, a CONTRATANTE fixa em 22 (vinte e dois) dias, a quantidade de dias úteis de cada mês. Assim sendo, a CONTRATADA receberá, mensalmente, um valor correspondente a $44 \times N \times V$, onde N é o número de empregados utilizados na prestação dos serviços, e que recebam efetivamente o benefício, e V é o valor do vale-transporte estipulado no Termo de Referência, descontado 6% (seis por cento) calculados sobre o salário base;

5.7. Em caso de deslocamento do empregado a serviço, serão concedidos benefícios para cobrir despesas com hospedagem e alimentação, no valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) para diárias dentro do Estado, que somente serão pagas caso ocorra pernoite;

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTO PJ
TABELA: ANGELA MARIA ARANJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.668/001-61
Rua Major Frederico, 576 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.3900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 227239 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido pelas Notas Públicas O
referido à verdade Dou. 01 de setembro de
2022 Emplumentos R\$ 2,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Rog. Lima Barbosa
() - Arlindo L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.



- 5.7.1. Para deslocamentos que não exijam pernoite será concedido metade do valor das diárias;
- 5.7.2. O valor das diárias referentes ao subitem 5.7. não será devida quando o deslocamento ocorrer dentro da Região Metropolitana de Fortaleza, limitada ao perímetro formado pelos seguintes municípios: Cascavel, Pacajus, Gualuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante;
- 5.7.3. As diárias deverão ser repassadas ao empregado até 48(quarenta e oito) horas após a solicitação formal da Célula Gestora do Contrato (CERLOG) via fax à empresa;
- 5.7.4 O ressarcimento destes valores será efetuado, mensalmente, através de Nota Fiscal e Fatura, incidindo sobre esta parcela taxa de administração e tributos;
- 5.8. O pagamento da fatura correspondente ao último mês de vigência do Contrato, ficará na dependência da comprovação por parte da CONTRATADA, através de documento hábil e autêntico, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos seus empregados utilizados na prestação dos serviços, indenizações das rescisões dos contratos de trabalho, inclusive;
- 5.9. Caso a prestação dos serviços seja realizada em município cuja Lei Municipal atribua à CONTRATANTE a responsabilidade pela retenção do ISS na fonte, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços separadamente, por município, emitindo quantas notas fiscais forem necessárias, independente da CONTRATADA estar ou não nela estabelecida;
- 5.10. As substituições dos empregados por motivo de férias ou licenças devem estar previstas nos custos, ficando a critério da SEFAZ a substituição. Não ocorrendo a substituição serão deduzidos da Fatura os custos inerentes àquela Unidade.
- 5.11. Quando necessário as passagens terrestres para deslocamento serão pagas por preço praticado no mercado;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Prestar os serviços contratados nas instalações da CONTRATANTE utilizando os equipamentos fornecidos pela SEFAZ, exclusivamente na finalidade deste Contrato;
- 6.2. Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a SEFAZ solicitar a substituição daqueles cuja conduta, a seu critério, seja julgada inconveniente;
- 6.3. Utilizar, exclusivamente, empregados seus, assumindo total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também por todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive a responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros, vedada a terceirização dos serviços;
- 6.4. Responder, pecuniariamente, por todos os danos ou prejuízos que forem causados, comprovadamente por seus prepostos, a SEFAZ ou a terceiros, no valor orçado pela SEFAZ;
- 6.5. Pagar seus empregados no prazo previsto no subitem 5.3., alínea "a", a remuneração total da mão de obra utilizada no objeto deste Contrato, inclusive parcelas referentes à adicional de férias e 13º salário, através de relatório de crédito em conta corrente emitido pelo Banco, assinado e datado pelo Banco;
- 6.6. Exibir à SEFAZ, mensalmente, ou extracordariamente a qualquer tempo, as folhas de pagamento e as guias de recolhimento de contribuição previdenciária (INSS), do FGTS, do PIS e do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), se houver, em que se comprove a inclusão dos empregados utilizados nos serviços contratados, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos e seguros de acidente de trabalho. Qualquer irregularidade nos itens acima citados implicará na suspensão do pagamento até que seja regularizada a situação;
- 6.6.1. Quando, por algum motivo, não for possível realizar o pagamento através de crédito em conta corrente bancária, a CONTRATADA deverá efetuar-la no local de trabalho do empregado;
- 6.7. Manter todos os seus empregados, devidamente identificados com crachá em que conste pelo menos: logotipo da empresa, função e nome completo do empregado destacando o nome pelo qual deseja ser chamado;

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MONAIS CORREIA - OFÍCIO DE NOTAS E 2º NÚMERO
TABELIA: ENGELA MARIA ARAUJO MONAIS CORREIA - CUPJ: 08.173.008/0007-43
Rua Major Facundo, 678 - Centro - CEP: 40.125-105 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.2851
E-mail: monaiscorreia@monaiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 227789 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdadeiro. Sou de Fortaleza, 01 de setembro de
2022 Encolumentos R\$ 3,00 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - César Alexandre B. Rodrigues
() - Aélson Silva de Brito - Escreventes
Cp: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



- 6.8. Não será permitido o acesso às dependências da SEFAZ de empregados que não estejam portando o crachá. Esta ocorrência será entendida como não prestação de serviço e portanto a fatura mensal será subtraída de valor correspondente ao serviço não prestado;
- 6.9. Obedecer às determinações de segurança e medicina do trabalho para todos os seus empregados lotados nos serviços objeto deste Contrato;
- 6.10. Distribuir e avaliar a real necessidade dos tipos e quantidades de vales-transportes dos empregados, de acordo com o trajeto realizado para deslocamento do mesmo ao local de trabalho;
- 6.11. Entregar aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE todos os vales-alimentação até o último dia do mês em curso, referente ao mês seguinte;
- 6.12. Entregar aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE todos os vales-transporte até o último dia do mês em curso, referente ao mês seguinte;
- 6.13. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SEFAZ e atender prontamente às reclamações que lhe forem dirigidas;
- 6.14. Cumprir fielmente todas as instruções que lhe forem transmitidas pela SEFAZ, no que diz respeito às normas de disciplina e segurança vigentes em suas instalações;
- 6.15. Elaborar escalas de serviço e supervisionar seu cumprimento de acordo com a legislação trabalhista, mediante aprovação, por escrito, da SEFAZ;
- 6.15.1. Os empregados terão direito a horas extras, diárias, adicional noturno, sobreaviso, passagem terrestre e capacitação, quando efetivamente utilizadas e mediante autorização da Coordenadoria Administrativa e de Tecnologia da Informação - CAT, através da Célula de Recursos Logísticos - CERLOG;
- 6.16. Providenciar, mediante solicitação por escrito da SEFAZ, a substituição em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, do locado que, a critério desta, não esteja satisfazendo as exigências do contrato, por outro empregado com a mesma formação profissional exigida do substituído;
- 6.17. Elaborar escalas de férias juntamente com a Célula de Recursos Logísticos - CERLOG, de acordo com as necessidades da SEFAZ;
- 6.17.1. A escala de férias deverá ser enviada a SEFAZ com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias antes do período de férias de cada empregado para análise da unidade Gestora, sendo a confirmação ou alteração formalmente realizada pela CERLOG;
- 6.17.2. Providenciar a imediata substituição de seus empregados quando das ausências, programadas ou inesperadas, a fim de que os serviços contratados não sofram qualquer solução de continuidade;
- 6.18. Efetuar transferências, de local ou de função, de qualquer empregado somente após a anuência da CONTRATANTE;
- 6.19. Apresentar a CERLOG, até o primeiro faturamento, a relação com o nome do Banco, agência e número da conta corrente dos empregados da CONTRATADA, onde será efetuado o crédito dos salários mensais;
- 6.20. Entregar mensalmente a Célula de Recursos Logísticos - CERLOG;
- 6.20.1. Até o último dia útil de cada mês a relação dos empregados que entrarão de férias no mês seguinte;
- 6.20.2. Os comprovantes de crédito em contas correntes demonstrando o pagamento do último mês e a folha de pagamento conforme subitem 5.3. alínea "a" da Cláusula Quinta;
- 6.20.3. Os comprovantes de entrega do vale transporte e vale alimentação conforme subitem 5.3. alíneas "c" e "d" da Cláusula Quinta;
- 6.20.4. As rescisões dos Contratos dos empregados que prestam serviço à SEFAZ e que foram demitidos pela empresa no mês anterior, apresentadas em documento original ou cópia autenticada em Cartório;
- 6.21. Manter preposto seu, a título de supervisor, aceito pela SEFAZ, não incluídos nos serviços contratados, para o acompanhamento da execução do Contrato, de todas as obrigações previstas e para manter o contato direto com a administração da SEFAZ;
- 6.21.1. Até 05 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá indicar e nomear o preposto titular e substituto para o Contrato, informando seu cargo, endereço com CEP, número de telefone, número de fax-símile e endereço eletrônico, conforme subitem 6.21 da Cláusula Sexta;
- 6.21.2. Sempre que houver necessidade de substituição desse preposto, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito à SEFAZ;

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 2º DELEGADO DE NOTAS E 2º RTOPJ
TABELA: ANGELA MARILYN RAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.866/0001-87
Rua Major Fausto, 675 - Centro - CEP: 60.025-195 - Fortaleza - CE - Tel: (08) 3464.3360
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 227289 - A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nos autos Notas Públicas
referido o verba do Dou. 16, Fortaleza, 01 de setembro
2022 Emolumentos R\$ 5,00 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
CO - MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



- 6.21.3. O preposto deverá apresentar-se diariamente na SEFAZ I – Célula de Recursos Logísticos, de segunda – feira a sexta – feira, dentro do horário de 7.30 hs as 12.00 hs e de 13.30 hs as 17.00 hs, para verificação e eventuais correções na execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 6.22. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 6.23. Manter durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.24. Manter-se em situação regular com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- 6.25. Manter, durante todo o período de duração do Contrato, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com a infra-estrutura adequada, para atender as necessidades da CONTRATADA no intercâmbio financeiro e de recursos humanos;

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços;
- 7.1.1. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias para a realização dos serviços contratados;
- 7.2. Notificar a CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- 7.3. Fornecer os equipamentos, espaços e materiais necessários à execução dos serviços contratados, em perfeito estado de funcionamento;
- 7.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- 7.4.1. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento da fatura, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, a ser incluído na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:
- $EM = I \times N \times VP$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365;$

$I = (6/100) / 365;$

$I = 0,00016438;$

em que i = taxa percentual anual de 6% (seis por cento).

- 7.5. Fiscalizar a realização dos serviços através do gestor do Contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no Contrato, podendo em decorrência solicitar providências à CONTRATADA, que atenderá ou justificará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O não atendimento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste Contrato;
- 7.6. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras. Nesta hipótese, a CONTRATADA somente poderá realizar os atos que deram origem a essa despesa com prévia autorização da CONTRATANTE.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDP
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MOTA DE CORREIA - CNPJ: 08.573.936/0001-87
Rua Major Facundo, 576 - Centro - CEP: 60.023-700 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.3038
E-mail: angelamota@cartorioscm.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 22/2022 - A presente cópia fotostática
conferir com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade. Dat. 16. Fortaleza, 01 de setembro de
2022. Emolumentos R\$ 3,04 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Silva Barboza
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre D. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes

Cp.: MICHAEL - VÁLIDO SÓMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



7.7. Determinar o horário da realização dos serviços, podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE, com observância das leis trabalhistas;

CLÁUSULA OITAVA – DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

8.1. Cumprir as determinações da política de segurança da CONTRATANTE, no que couber:

8.1.1. A CONTRATADA deverá obedecer às normas, aos padrões, às rotinas e à metodologia do CONTRATANTE, em especial às que integram as Diretrizes e Normas de Segurança da Informação do CONTRATANTE, bem como às que disserem respeito à segurança e confiabilidade dos procedimentos físicos de armazenamento e transporte dos documentos e arquivos magnéticos;

8.1.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto quanto às informações contidas nos documentos ou recursos manipulados por seus empregados, especialmente quanto àqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção à sua guarda;

8.1.3. A CONTRATADA assuma inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do CONTRATANTE, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados, praticado por seus empregados;

8.1.4. A CONTRATADA deverá responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nos documentos e arquivos magnéticos durante o período em que estes estiverem sob sua guarda;

8.1.5. Os empregados da CONTRATADA receberão código de identificação e autorizações de acesso aos sistemas e aos recursos da rede corporativa do CONTRATANTE. A tentativa ou concretização de acesso não autorizado será motivo de imediato desligamento do empregado da CONTRATADA;

8.1.6. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do CONTRATANTE, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados, praticado por seus empregados;

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, sem prejuízo das sanções legais e da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multas estipuladas na forma a seguir:

9.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) ao dia incidentes sobre o valor mensal do serviço contratado, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela mensal nos casos de não realização dos serviços, objeto deste Contrato;

9.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela mensal, após o trigésimo dia de atraso, nos casos de não realização dos serviços objeto deste contrato ou no descumprimento das demais obrigações contratuais excetuando-se as referidas nos subitens 9.1.2.5.1, 9.1.2.5.2, 9.1.2.5.3 e 9.1.2.5.4.

9.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato não realizado, no caso de desistência de realizar os serviços, com o consequente cancelamento da Nota de Empenho;

9.1.2.4. No caso de ser constatado pela CONTRATANTE uma freqüente execução inadequada dos serviços pela CONTRATADA, o Contrato poderá ser rescindido e cobrado multa de 20% (vinte por cento) sobre a diferença entre o valor estimado do Contrato e os valores já pagos;

9.1.2.5. 10% (dez por cento) do valor da Fatura mensal multiplicado pelo fator N/X em pelo menos uma das seguintes infrações abaixo, onde:

N = Número de empregados envolvidos no mês de referência da Fatura,

X = Número de empregados computados na Fatura mensal acima mencionada.

9.1.2.5.1. Atraso no pagamento dos salários (subitem 6.5 da Cláusula Sexta)

9.1.2.5.2. Atraso na entrega da vale alimentação (subitem 6.11 da Cláusula Sexta);

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORRÊA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORRÊA - CNPJ: 08.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 876 - Centro - CEP: 61.025-160 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.9988
E-mail: morais@moraiscartorio.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 287289 A presente cópia fotostática
confere com o original arquivado nas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou. fo. Fortaleza, 01 de setembro de
2022 Emolumento: R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Luiz Lima Barbosa
() - Anderson L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre S. Rodrigues
() - Adrieito Silva de Brito - Escreventes

Op.: MORIEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.



- 9.1.2.5.3. Atraso na entrega do vale transporte (subitem 6.12 da Cláusula Sexta);
- 9.1.2.5.4. Atraso no pagamento das diárias (subitem 5.7 da Cláusula Quinta);
- 9.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 9.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.
- 9.2. O impedimento de que trata o subitem 9.1.3. poderá ocorrer mediante condições previstas no art.32 do decreto Estadual nº 28.089/2006.
- 9.3. As penalidades que trata o subitem 9.1.3. serão obrigatoriamente registradas no CRC - SEPLAG, e no caso de impedimento de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.
- 9.4. A inexecução total ou parcial do contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra empresa, sem prévio assentimento da CONTRATANTE, enseja sua rescisão com as consequentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.
- 9.5. Os valores das multas referidas nesta Cláusula serão cobrados da CONTRATADA, mediante desconto a ser efetuado em qualquer fatura ou crédito, em seu favor, que mantenha junto à SEFAZ, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 9.6. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa através de DAE - Documento de Arrecadação Estadual em nome da Secretaria da Fazenda. Se não o fizer, será encaminhado a Procuradoria Geral do Estado para cobrança e processo de execução.
- 9.7. Nenhuma sanção será aplicada sem que seja assegurado em processo administrativo para apuração dos fatos, garantindo sempre os direitos prévios de citação, de ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1988, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no § 2º do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DECIMA - DA DOTAÇÃO

- 10.1. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte classificação funcional programática:

191.00001.04.122.400.20329.22.339037.00.0.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela SEFAZ;
- 11.2. Passarão a fazer parte deste contrato a planilha de custos e a tabela de encargos sociais e tributos;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada pela Célula de Recursos Logísticos - CERLOG, através do servidor Saulo Araújo Toscano Júnior, matrícula nº 497813-1-8, especialmente designado para este fim pela Administração, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei nº 8.666/93, doravante denominada simplesmente de EXECUTOR ou GESTOR deste Contrato.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELA MARIA MAGALHÃES MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.573.020/0001-67
Rua Major Facundo, 575 - Centro - CEP: 61.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3494.9880
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 227389 A presente cópia fotostática
conferida com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verificado Dou/le Fortaleza, 01 de setembro de
2022 Emolumento R\$ 3,01 - SELO AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Pat Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

13.1. Os serviços objeto deste contrato serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, localizadas no Município de Fortaleza;

13.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global;

13.3. Para execução dos serviços a CONTRATADA deverá alocar as seguintes unidades de serviços (categorias profissionais), nos quantitativos/otação definidos no quadro abaixo:

UNIDADES DE SERVIÇOS

CATEGORIA	QTDE	CARGA HORARIA	LOTAÇÃO
Técnico em Comunicação e Mídias Audiovisuais	02	40 horas/semana	Fortaleza – Ceará
Almoxarife	05	40 horas/semana	Fortaleza – Ceará
Operador de Mecanografia	02	40 horas/semana	Fortaleza – Ceará
TOTAL	09		

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. A CONTRATADA prestará garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global a ser contratado atualizado, conforme o art. 58 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores o que perfaz o valor total de R\$ 10.727,72 (dez mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos), devendo apresentar à CONTRATANTE, no Núcleo de Contratos – NUCON, o respectivo comprovante no ato da assinatura do Contrato, como condição para sua eficácia, podendo optar por uma das modalidades seguintes:

a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública, vedada a prestação de garantia através de títulos da Dívida Agrária;

b) Fiança Bancária;

c) Seguro Garantia

14.2. O pagamento da última parcela, bem como a liberação da garantia contratual só ocorrerá após a regularização de todas as pendências porventura existentes;

14.3. A Garantia prestada será liberada ou restituída após a execução do Contrato, e, quando em dinheiro corrigida monetariamente.

14.4. A Garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando da ocorrência de redimensionamento do volume de serviços, ou revisão de preço, a contar da data da ocorrência do fato, independentemente de ser notificada pela SEFAZ, de modo que a garantia sempre corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

14.5. A não apresentação do comprovante de garantia no prazo estipulado no item 14.4., facultará à CONTRATANTE efetuar o desconto equivalente ao valor da garantia no primeiro pagamento devido à CONTRATADA pela execução do objeto;

14.6. Nesse caso, o valor descontado será depositado em agência bancária na forma de garantia prestada na modalidade de caução em dinheiro.

14.7. A qualquer tempo, mediante comunicação formal à SEFAZ e mediante a sua anuência, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no Edital e na Lei nº 8.666/93;

14.8. A Garantia será liberada no prazo de até 30 (trinta) dias, após o perfeito cumprimento do Contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pela variação do Índice que remunere a Caderneta de Poupança, no período compreendido entre a data da retenção e a da restituição, adotando-se o critério "prórata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias;

14.9. A liberação da Garantia, no prazo acima indicado, está condicionada à apresentação de documento firmado pelo Sindicato relativo a categoria profissional envolvida, declarando que não há pendências envolvendo direitos trabalhistas dos empregados abrangidos pelo contrato encerrado, inclusive quanto às verbas rescisórias;

14.10. A perda da garantia em favor do CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 3º RTOPJ
TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Imaculado, 570 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (81) 3484.8803
E-mail: moraiscorreia@notariacorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 227289 A presente cópia fotostática
confere com o original existente nestas Notas Públicas O
referido é verdadeiro. Dou fé. Fortaleza, 01 de setembro de
2022 Endowment R\$ 9,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

(-) Francisco de A. M. Correia - (-) Raimundo L. Barros
(-) Arlene L. Rodrigues - (-) Cesar Alexandre G. Rodrigues
(-) Adriano Silva da Brito - Escreventes
Os: MICHEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1. O presente Contrato será rescindido no caso de inadimplência por parte da CONTRATADA independentemente de quaisquer indenizações e, ainda, nos casos previstos no Edital, de conformidade com o que prescrevem os artigos. 77 a 80 da Lei Nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará para dirimir as questões relacionadas com a execução deste Contrato, não resolvidas pelos meios administrativos.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, que após lido e achado conforme, deverá ser publicado seu extrato no Diário Oficial do Estado para que produza seus legais e esperados efeitos.

Fortaleza, 30 de abril de 2012.


SECRETARIA DA FAZENDA

CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA


Marcos Augusto Vasconcelos Coelho
SECRETARIO EXECUTIVO


Francisco das Chagas Dantas Santos
SÓCIO ADMINISTRADOR


Saulo Araújo Toscano Júnior
GESTOR


TIAGO ALVES PAIVA
Ass. Contábil - Financeiro
Mat: 497857 1-2





CONTRATO Nº 052/2012 A PARTIR DE 01.05.2012

CATEGORIA	Ord	Salário	Enc Sociais	Mont A	V A	VT	Taxa Adm	Tributos	Mont B	A+B	Total
Técnico de Comunicações e Mídias Audiovisuais	2	1.579,38	1.075,72	2.655,10	185,13		38,55	408,52	820,20	3.275,28	6.650,68
Operador de Mecanografia	2	1.067,85	727,31	1.795,16	185,13	23,93	17,85	238,18	515,17	2.310,33	4.620,67
Atendente	5	815,87	550,44	1.373,41	185,13	38,98	13,73	229,60	467,45	1.840,86	9.204,29
TOTAL	9									20.375,54	3.493,04
Adicional Noturno, Horas Extra, Sobreaviso, Capacitação, Passagens Terrestre, Diárias dentro do Estado - 17%											23.830,38
TOTAL											23.830,38

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE REGISTRO E 2º RTDPJ
TABELA: ANGELA MARIA ARNÓJO MORAIS CORREIA - CPF: 56.673.005/001-87
Rua Major Facundo, 879 - Centro - CEP: 66.228-100 - Fortaleza - CE - Tel: (88) 3454.8800
E-mail: moraiscorreia@marascorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 227289 A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé. Fortaleza, 01 de setembro de 2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Ivo Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Osair Alex
() - Adriana Silva de Brito - Escreventes
Op. MICHAEL - VAUCO BOMENTE COM SELO



NOME	CADASTRO CPF/CNPJ	AUTO DE INFRAÇÃO	RESULTADO DO JULGAMENTO	DÉBITO ATUALIZADO ATÉ A DATA DO EDITAL (R\$)
MARAFONGA POSTO SHOPPING LTDA	00211701-7	1001013467	PROCEDENTE	13.779,82
ROSADO REZENDE COM DE PEIXES E MARISCOS LTDA-ME	00210217-7	1001012247	PARCIAL PROCEDENTE	661,23
ROSADO REZENDE COM DE PEIXES E MARISCOS LTDA-ME	00210217-7	1001012248	PROCEDENTE	6.180,94

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº052/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ. CONTRATADO: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), para atender as necessidades das áreas Técnico da Comunicação e Mídias Audiovisuais, Almoxarifado e Operador de Mesenografia da CONTRATANTE. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 15 da Lei Federal nº8.666/93, com alterações, e legislação aplicável. FORO: Câmara de Fortaleza. VIGÊNCIA: Para a execução dos serviços ora contratados, obriga-se a CONTRATADA a realizá-los nos locais previamente determinados pela SEFAZ durante 09 (nove) meses, a partir de 01/05/2012, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal nº8.666/93 inclusive, pode ser prorrogado nos termos de que dispõem o Art. 57, II, da Lei Federal nº8.666/93. VALOR GLOBAL: R\$214.554,42 (duzentos e quatorze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), pagos em 9 (nove) parcelas mensais de R\$23.828,27, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO: O pagamento será efetuado, mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, através de depósito bancário em conta corrente a ser fornecido pela própria CONTRATADA, que, preferencialmente deverá ser no Banco Bradesco, condicionada a entrega por parte da CONTRATADA da Certidão Negativa de Débitos Fiscais, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros e Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Célula de Recursos Logísticos - CERLOG. Quanto da repactuação salarial das categorias através do Convenção Coletiva de Trabalho será feito e reequilíbrio econômico - financeiro do Contrato. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 191.09001.04.122.400.20329.22.339037.00.0. DATA DA ASSINATURA: 20/04/2012. EXECUÇÃO/GESTÃO: Saulo Araújo Toscano Júnior, matrícula nº497813-1-8. SIGNATÁRIOS: Marcos Augusto Vasconcelos Coelho - Secretário Executivo da SEFAZ e Francisco das Chagas Dantas Santos - Sócio da Empresa.

Francisco Xavier de Vasconcelos
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

*** **

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 23/2012

PROCESSO Nº12265678-4/2012 SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ. OBJETO: SEMINÁRIO DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO FUTURO PARA O SUCESSO EM GESTÃO DOS NEGÓCIOS E DAS PESSOAS. JUSTIFICATIVA: ART. 25, INC. II CC ART. 13, INC. VI, DA LEI FEDERAL Nº8.666/93. VALOR: R\$11.200,00 (ONZE MIL E DUZENTOS REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19100001.04.122.500.28262.22.339039.00.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamento o Art. 25, Inc. II do Art. 13, Inc. VI da Lei Federal Nº8.666/93 e suas alterações posteriores. CONTRATADA: COMPANHIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: MARCUS AUGUSTO VASCONCELOS COELHO. RATIFICAÇÃO: JOÃO MARCOS MAIA.

Francisco Xavier de Vasconcelos
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

*** **

EXTRATO DE PENALIDADE
CONTRATO Nº092/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº11519646-3 - CONTRATO Nº092/2011 - OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINIS-

TRATIVA - PENA DE MULTA - Contratante: Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (SEFAZ) - Representante Legal da SEFAZ: Marcos Augusto Vasconcelos Coelho, Secretário Executivo - Contratada: CAPTAR TERCEIRIZAÇÃO LTDA (EMT - EMPRESA DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA) - Representante Legal da Contratada: Vicente Araújo Júnior - FALTA: ATRASO NO PAGAMENTO DE VALES ALIMENTAÇÃO - Competência: Novembro de 2011 - DOCUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE: OFÍCIO Nº134/2012 - GABINETE/SEFAZ - Instaurado processo administrativo em epígrafe, em 18 de novembro de 2011, pela Célula de Recursos Logísticos (Cerlog), através do seu Orientador, na qualidade de gestor do contrato, para aplicação de penalidade, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a cláusula quinta - Item 5.3 c - do contrato. Tendo sido assegurado à CONTRATADA o devido processo legal, bem como o direito ao contraditório e ampla defesa, analisada toda a documentação e os argumentos apresentados, com base no parecer nº31/2012 e parecer nº192/2012, ambos da Assessoria Jurídica desta Sefaz, a autoridade superior decidiu pela aplicação da penalidade de multa no valor de R\$2.448,63 (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos), nos termos da cláusula nona do contrato, subitem 9.1.2.4. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 14 de junho de 2012.

Marcos Augusto Vasconcelos Coelho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA
Francisco Xavier de Vasconcelos
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Saulo Araújo Toscano Júnior
ORIENTADOR DA CERLOG

Registre-se e publique-se.

*** **

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº16, de 05 de junho de 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS Nº33/1993, QUE ATUALIZA E CONSOLIDA OS PROCEDIMENTOS REFERENTES AO CADASTRO GERAL DA FAZENDA (CGF); 47/2010, QUE DISCIPLINA PROCEDIMENTOS ALUSIVOS AO CADASTRAMENTO NO CGF DE PRODUTOR RURAL; E 48/2011, QUE DISPÕE SOBRE A SOLICITAÇÃO ELETRÔNICA DE BAIXA DE INSCRIÇÃO DE CONTRIBUÍNTES DO ICMS NO CADASTRO GERAL DA FAZENDA (CGF), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO a necessidade de promover alterações na Instrução Normativa nº40/2011, objetivando uma maior celeridade no processo de solicitação de baixa da inscrição de contribuinte no Cadastro Geral da Fazenda (CGF); CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer novos critérios relativos à solicitação de baixa da inscrição no CGF, bem como dos procedimentos dela decorrentes, RESOLVE:

Art. 1º Os dispositivos abaixo da Instrução Normativa nº40, de 22 de novembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§1º (...)

§2º O deferimento eletrônico da solicitação de baixa, hipótese em que o contribuinte entra efetivamente na condição de Baixado e Pedido, será precedido do



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4ª Ordem de Notas e 3ª Ordem
TABELA: ANGELA MARIA AMBÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ Nº 17.300/001-67
Rua Major Facundo, 879 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE, 301 (85) 3454.2000
E-mail: moraiscorreia@cartorioceara.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 227289. A presente cópia fotostática
confere com o original existente nestas Notas Públicas. O
referido é verdade. Pou. Nº. Fortaleza, 01 de setembro de
2022. Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes

Op: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

